

D **o s s i Ê**

ETNOGRAFIA DIGITAL

Jair de Souza Ramos

Universidade Federal Fluminense

Eliane Tânia Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente dossiê apresenta um conjunto de investigações acerca dos modos pelos quais as tecnologias digitais de processamento de dados, nas suas várias formas de *hardware* e de *software*, fazem parte, cada vez mais, da produção de relações e ações sociotécnicas que atravessam uma parcela considerável da existência cotidiana contemporânea. Damos mais um passo, assim, na publicização dos trabalhos e dos debates desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras que, desde 2009, vêm se reunindo em diferentes oportunidades nos encontros da área de Antropologia (RAM, RBA, REA), para compartilhar, trocar e discutir os resultados de suas pesquisas sobre o modo como tais ações e relações sociotécnicas tanto desempenham um papel na reprodução de práticas sociais sobre as quais os antropólogos trabalham há décadas, quanto fazem parte da produção de novos espaços sociais e de novas experiências subjetivas que parecem derivar diretamente da existência de um ciberespaço social.

Nesse sentido, esse campo de investigação e de interlocução tem sido construído progressivamente numa relação dialética entre, de um lado, temas e ferramentas caros à Antropologia e, de outro, a busca por temas e ferramentas que possam dar conta da novidade representada por estes espaços, relações e ações sociotécnicas articuladas em torno do digital.

Essa relação dialética não é fortuita. Ela é movida por duas forças que fazem parte da constituição da antropologia como disciplina. De um lado, o esforço de antropólogos por se interessarem pelo que atrai os sujeitos estudados e por segui-los em suas ações tem levado os antropólogos ao digital,

na medida em que, na contemporaneidade, lá se encontra uma parcela das ações, relações e espaços que são importantes para estes sujeitos. De outro, a importância atribuída à alteridade demanda que nos perguntemos se há um *Outro* nesse novo do digital e qual a sua natureza. Nesse sentido, não basta seguir os sujeitos estudados lá onde eles vão, mas também se perguntar se algo de outro se passa lá, se algo de outro está sendo construído lá e de que modo sujeitos, relações e ações são reconfigurados nesses e através desses ciberespaços sociais. Nesse segundo motivo de investigação, podemos até nos deter sobre práticas de um número pequeno de agentes tão somente pela ruptura que essas práticas representam em relação a formas dominantes de ação, isto é, na medida em que elas representem uma diferença radical.

Vejamos alguns dos desdobramentos dessa dialética para a etnografia.

O primeiro ponto a ser destacado é que há muito os antropólogos entenderam que não é possível tomar como ponto pacífico que todo o material de observação e análise da pesquisa deva vir exclusivamente da relação interpessoal presencial entre pesquisador e pesquisados. Não era assim antes da internet, uma vez que jornais, documentos oficiais, registros variados de ação dos e/ou sobre os sujeitos estudados faziam parte do mosaico de materiais de pesquisa, e faz menos sentido ainda insistir nessa ideia a partir do momento em que a internet faz parte da vida dos sujeitos estudados, uma vez que ações e relações realizadas fora e dentro dela se articulam em revezamentos sucessivos, nos obrigando a conduzir a observação em diferentes espaços e articulá-los analiticamente.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar é que a ênfase na alteridade tem feito das etnografias o lugar da multiplicidade e constante redefinição da teoria antropológica e dos meios de observação. Nesse sentido, cada etnografia clássica é menos um modelo a ser seguido do que o exemplo de uma teoria em ato e, como tal, contribui à constituição da antropologia como uma ciência em devir sob o duplo imperativo de encontrar o modo adequado de conhecer o mundo social específico que é o objeto daquela etnografia e, ao mesmo tempo, fazer avançar o projeto mais geral de desenvolvimento conceitual e comparativo da antropologia. Daí que se tomamos

as etnografias como específicas e plurais, decorre que não há mundo social interdito à investigação etnográfica, e as redes sociotécnicas reunidas na internet não são exceção a esse princípio.

Desse segundo aspecto decorre um terceiro, que é o pressuposto de que cada nova etnografia mobiliza os demais exemplos etnográficos de observação e análise como ponto de partida para abordar um mundo social específico. Nesse sentido, além de seguir os sujeitos etnografados em seus trânsitos, o que pode nos levar a examinar ações e interações on-line, também somos conduzidos a estes ciberespaços sociais como desdobramento de nossos estudos em consumo, política, sexualidade e regimes de subjetividade, entre outros temas. E, nesse percurso, fazemos uso do acumulado teórico construído em torno destes temas, ao mesmo tempo em que nos perguntamos, reflexivamente, se estes conceitos e hipóteses são inteiramente adequados, se não são necessários acréscimos ou, até mesmo, novas ferramentas. Mas vejamos, partimos do pressuposto de que as novidades teóricas mais frutíferas são aquelas que, como nos mostra a história da antropologia, nascem do esforço por dar conta de empirias específicas, e é nesse artesanato etnográfico que novas proposições teóricas são construídas.

Com essa precaução em mente, já é possível apontar algumas especificidades empíricas que emergem das etnografias que abordam essas redes sociotécnicas.

A primeira delas, como apontado anteriormente, é que a rede formada por servidores, computadores pessoais, smartphones e tablets encontra-se em uma relação de heterogeneidade e relativa descontinuidade frente a territorializações de espaços físicos. Neste sentido, o tipo de espaço social produzido nesse tipo de rede sociotécnica não guarda continuidade em relação a qualquer base geográfica fundamental. De fato, essa rede não é construída como apropriação de um espaço físico como espaço social, como era predominantemente o caso antes, mas sim como pura produção de um espaço social cuja materialidade é a informação, seus modos de tratamento e de transmissão. Ainda que a informação esteja presa à rede como um todo, ela está alocada em mais de um lugar físico da rede (por meio de mecanis-

mos de redundância), de modo que servidores e seus terminais (que são os computadores pessoais, notebooks, smartphones, etc.) são intercambiáveis e substituíveis sem que a rede formada pela circulação de informações seja colocada em xeque.

Assim, temos uma continuidade inscrita na história de produção de espaços sociais por meio de redes, mas, de outro, uma descontinuidade devida ao fato de que o espaço construído por essa rede de computadores é todo feito de informações. E um dos efeitos dessa materialidade feita de *bytes* é que ela é ordenada através das linguagens de programação e, como tal, possui uma plasticidade distinta das materialidades que integraram redes sociotécnicas anteriores. Daí a proliferação contínua de plataformas digitais e sua contínua transformação. Estas plataformas não constituem, *per se*, redes sociotécnicas. Para isso é necessário a presença continuada de agentes humanos que povoem esses espaços digitais. Mas essa experiência de povoamento é uma experiência de contínua mobilidade, feita de adaptações e readaptações constantes. Mobilidade e adaptação necessárias para dar conta tanto da mudança, das instabilidades, quanto do trânsito e da existência humana continuada nestes vários ciberespaços sociais que são as plataformas.

Esta desestabilização constante pode colocar o pesquisador numa situação difícil por exigir dele mesmo muitas adaptações. A sensação de que “tudo que é sólido desmancha no ar” pode assombrar a pesquisa como uma impossibilidade de observação e de análise pela multiplicidade de plataformas e pelo trânsito entre elas, pelos trânsitos entre o *on* e o *off-line*, pelas muitas traduções e mudanças. Contudo, e por isso a etnografia é uma ferramenta fundamental, uma vez que os agentes humanos e não humanos produzem sentidos compartilhados em rede, eles oferecem algo a ser investigado. Isto é, na medida em que os mundos sociodigitais fazem sentido para os humanos que os povoam, por mais confusos e mutáveis que nos pareçam ser, a etnografia pode se dedicar a restituir analiticamente esse sentido.

Daí deriva a segunda especificidade que as pesquisas apresentadas têm revelado, que é a existência de modos continuados e diferenciados de usos da rede por agentes específicos e heterogêneos que, neste processo, vêm pro-

duzindo certos habitus ou estilos de vida em rede, estilos e habitus esses que não podem ser debitados às dinâmicas sociais, políticas, históricas e culturais exteriores e anteriores que foram transferidas para a rede, mas que, pelo contrário, só passaram a existir a partir de sua existência e só fizeram sentido à medida que houve também um engajamento e adesão subjetiva dos sujeitos às formas de comunicação e sociabilidade em rede. Neste caso, o processo de migração desses atores para a rede não se fez sem a criação de singularidades e alteridades que passaram a ser vivenciadas e representadas como parte de contextos de uso e estilos de vida na rede, o que impôs a identificação e seu reconhecimento como fenômenos sociotécnicos implicados e decorrentes destes usos. Temos, assim, estabilizações mais ou menos provisórias desses mundos sociais extremamente mutáveis, as quais fornecem o *locus* e o objeto da etnografia.

A terceira constatação, que pode ser depreendida dos artigos aqui reunidos, é a emergência de novas agências sociais híbridas, que não podem ser concebidas fora da relação com essas tecnologias. Websites, redes sociais e mundos virtuais a partir das quais passam a ser geradas são, por sua vez, produtos abertos e instáveis de suas ações e interações neles e por meio deles, no sentido de que não somente não são compreendidos da mesma maneira por diferentes agentes e segmentos sociais, em diferentes contextos socioculturais, como também têm sido tantas vezes reconfigurados a partir da diversidade de apropriações e significações que recebem, sujeitos às mais surpreendentes finalidades e interpretações. Daí podermos afirmar que não há um único ciberespaço homogêneo, um único Facebook, Twitter, Second Life, “blogosfera”, e-commerce; daí falarmos, ainda, em diferentes “territorialidades” on-line, uma vez que a rede de que tanto se fala com o emprego frequente de termos genéricos, como Web, Internet, Ciberespaço, não deve ser tomada como entidade discreta (ainda que difusa e global), autoevidente e imediatamente dada, mas, antes, como produção social processual e dinâmica, na qual emergem agências, subjetividades, novas formações sociais, enquanto outras são de vários modos reconfiguradas cotidianamente a partir de embates sociais e políticos, alguns exemplificados nos artigos deste dossiê.

Passemos agora, então, a uma breve apresentação do teor de cada um.

A pornografia alternativa (*altporn*) é o assunto discutido por Carolina Parreiras em seu texto. Para isso, a autora foca em uma forma específica de produção pornográfica que se desenvolve associada às tecnologias digitais, a *netporn*, com base em pesquisa realizada junto a uma produtora do gênero no Brasil. Seu objetivo é analisar sua singularidade estética e normativa, situando-o nas convenções que caracterizariam a *altporn*.

Débora Leitão e Laura Graziela Gomes contribuem para o dossiê com uma reflexão metodológica que vem fechar uma lacuna na bibliografia sobre cibercultura no Brasil. Embora possamos contar com alguns artigos de colegas brasileiros, eles são ainda em pequeno número, estando a maioria da produção antropológica sobre isso em língua estrangeira. As autoras mapeiam e sistematizam algumas das formas como vêm sendo realizadas as pesquisas nesse campo – destacando três delas, as quais denominam perambulações, acompanhamentos e imersões – e, assim, trazem mais clareza acerca do que temos realizado e ainda podemos vir a realizar nele.

Lucia Scalco e Marco Ribeiro, por sua vez, adotam um caminho original de reflexão sobre processos de inclusão digital que se realizam não por meio de ações e políticas governamentais, mas através de redes colaborativas tecidas nas relações de vizinhança e por meio de iniciativas individuais. Essas redes aproximariam vizinhos e operariam numa liminaridade entre legal e ilegal, público e privado, em práticas de *bricolagem* que reciclam materiais e apropriam criativamente objetos técnicos e suas potencialidades.

A ação coletiva com a internet realizada por meio da ferramenta digital AVAAZ é o tema do artigo de Marcelo Castañeda, que descreve e analisa como atua essa organização. Com isso, seu objetivo é discutir como se desenvolveriam ações no âmbito da internet e como elas viriam transformando o que entendemos por esfera pública. Essa discussão contribui para uma visão da internet como campo de ação social, no caso, uma “ação conectada”, que o autor distinguirá de “ação coletiva”.

Já Oriana Diaz descreve e analisa como migrantes senegaleses murids apropriam-se criativamente de diferentes ferramentas digitais – como o

WhatsApp – para desenvolver formas de ação, interação e participação públicas e, assim, difundir saberes e valores religiosos da confraria islâmica sufi senegalesa, a Muridiyya. Seu artigo mostra a apropriação da internet como parte da “estratégia de proselitismo, desenvolvimento, transnacionalização e autoafirmação” dessa confraria.

Partindo da observação de polêmicas públicas nas redes sociais on-line, Tania Freitas discute a utilização da categoria “linchamento virtual” no que vem sendo percebido, nessas mesmas redes, como um quadro de aumento e intensificação de práticas consideradas violentas (assédio, exposição não consentida de privacidade, humilhação, *shaming*). A autora considera a “hiperconexão das redes sociais” e a existência de “audiências invisíveis” para refletir sobre essa percepção generalizada que parece beirar o pânico moral.

A diversidade temática e metodológica dos artigos apresentados testemunha a riqueza da etnografia digital que vem sendo realizada no Brasil, em diálogo próximo e constante com outros subcampos de pesquisa, como os estudos de gênero e da sexualidade, da política, das práticas de consumo, dentre tantos outros. Esperamos que sua leitura estimule o interesse dos colegas e estudantes da Antropologia e áreas afins e instigue novos investimentos de pesquisa na área.